

## **O RECONHECIMENTO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: ORALIDADE E CURRÍCULO**

Diléia Aparecida Martins  
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

### **Descrição do objeto**

O presente trabalho é resultado de um estudo teórico realizado na disciplina Teoria do Currículo do Programa de Pós-graduação Mestrado em Educação da PUC Campinas. O objetivo desta disciplina contempla a análise de diferentes concepções de currículo, os enfoques curriculares e sua identificação com a realidade educacional brasileira, bem como, a influência das concepções de Universidade da Europa e da América do Norte.

Articula-se a esta análise o estudo na área da surdez para desenvolvimento de pesquisa relacionada à política de educação inclusiva e bilíngüe para surdos e aos desafios emergentes dessa nova realidade. Nessa perspectiva, se apropria do estudo teórico em Teoria do Currículo refletindo-o enquanto espaço de produção cultural e disseminação do conhecimento, compreendendo a língua como integrante de um conjunto de valores e resultado da interação humana.

De acordo com Bakhtin (2006), a língua é mais que objeto abstrato ideal sendo a enunciação e o discurso fundamentados na estrutura social. Nesse sentido, a comunicação e a língua implicam conflitos de classe no interior do sistema em que está inserida existindo relações de dominação e a utilização da língua como instrumento ideológico.

Apresenta-se um texto que busca dialogar teoricamente a relação estabelecida entre a inclusão da disciplina Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como disciplina obrigatória na educação básica e superior, considerando os apontamentos do Decreto 5.626 de dezembro de 2005.

### **Objetivos**

- Analisar criticamente a trajetória dos estudos científicos sobre currículo, localizando os paradigmas de organização curricular existentes em nossa realidade educacional enfatizando o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais e sua inclusão como disciplina obrigatória na educação básica e superior;
- Identificar os aspectos preponderantes da organização curricular, a partir das relações estabelecidas entre cultura, conhecimento e poder.

## Procedimentos adotados

Visando alcançar os objetivos anteriormente apresentados houve a leitura e discussão de referências teóricas. Goodson (2005) aponta que o currículo enquanto *“metas e objetivos, conjuntos, roteiros – que por assim dizer constitui normas, regulamentos e princípios que orientam o que deve ser lecionado”*, é um importante meio de conhecimento e compreensão dos processos internos da escola e de sua relação com a sociedade.

O autor remete a pesquisas realizadas na Europa e as profissões que emergiram no cenário político liberal, aponta como exemplo a psiquiatria e a ligação complexa entre a profissão, a invenção do conceito de normalidade e a pressão sobre o Estado para criação de hospitais. Compreender como ocorrem essas relações é fundamental para entender o que deve ser considerado “currículo”. No caso da psiquiatria, embora os conteúdos curriculares tivessem uma finalidade social imprescindível distanciavam-se da real necessidade da população que seria tratada por esses profissionais. Esse fator direciona a percepção da existência de mecanismos de controle da população vulnerável, ou seja, o controle daqueles que não tinham acesso ao poder e ao conhecimento de suas reais necessidades.

Por outro lado, o autor afirma que a história da educação não deve direcionar seus estudos somente a constatação de que a escola é um lugar de perpetuação da desigualdade e sim, refletir a escola em suas tradições e a burocracia que regem o cenário curricular e porque submeter-se a esse ou aquele modelo de currículo. O autor aponta ainda o reconhecimento da biologia e ciências como disciplinas e todo o processo de valorização da área, sua inclusão no currículo acadêmico e a avaliação como processo seguinte.

Outro exemplo seria a biologia que teve seu reconhecimento diretamente relacionado à *“necessidade produzida pelas guerras mundiais no século XX, daí sua importância para a medicina, indústria de pesca, agricultura e silvicultura”*. Isso representa que na verdade o que perpetuou a biologia como indispensável foi a cultura capitalista que ditava a formação da mão-de-obra que corresponderia a necessidade do momento histórico – necessidade de mercado.

Ao refletir esses fatores em paralelo a atual discussão sobre a inclusão da disciplina Língua Brasileira de Sinais na educação básica e superior considerando o período de desenvolvimento político-econômico neoliberal em que se defende uma política de “Educação para Todos”, nos deparamos com movimentos contrários. O movimento de universalização percebido no discurso de garantia do direito de todos e o movimento de reconhecimento da diferença proposto pelo multiculturalismo que *“encara as culturas dos grupos dominados de uma forma antropológica, como uma manifestação e expressão de formas de organizar a vida social que existem ao lado de outras, igualmente válidas”* (Silva, 1995 p. 197).

É justamente essa a proposta da comunidade surda, a de reconhecimento de que existe um grupo que interage enquanto minoria lingüística e que possui formas de apropriação dos elementos extraídos da interação com mundo, a comunidade surda por si compartilha de experiências visuais. Nesse sentido a surdez é compreendida de forma contrária ao modo como muitos a defendem – *como impedimento auditivo – pessoas surdas definem-se em termos culturais e lingüísticos* (Wringley, 1996 apud Quadros, 2000 p. 49). Nessa perspectiva, Silva (2000) afirma ainda que o currículo pode ser compreendido como um percurso, trajeto, caminho no qual estamos em constante progresso rumo a algo desejável.

Com relação a esse apontamento a questão da identidade assume uma conotação singular, pois o currículo é formador da identidade daquele que se submete a uma trajetória de formação. O estabelecimento de conteúdos que devem ser transmitidos nesse processo de formação, conseqüentemente “perpetuados” por meio da transmissão às gerações futuras, representa a valorização de determinadas áreas na realidade sóciopolítica.

O autor chama a atenção ainda para a questão da linguagem e cultura que sustentam o currículo e a percepção da forma com que a cultura dominante rege o currículo sendo para os submetidos forçadamente a esse modelo conservador uma “prisão”. Refletir o acesso e a vivencia da democracia seria evocar realmente a revolução explicitada por Paulo Freire, uma realidade escolar completamente fundamentada na realidade do educando concedendo-lhe libertação ideológica, um olhar partindo de sua própria realidade para que possa compreender o todo que é a sociedade.

No processo de superação do modelo conservador e técnico de organização escolar, rever a forma com que estamos correspondendo a realidade do educando aparenta ser o primeiro passo para uma possível transformação escolar e curricular. Uma escola fundamentada em signos possíveis de serem compreendidos por seus educandos; valores diretamente ligados a seus interesses econômicos, libertação da manipulação capitalista; autonomia.

Por muitos anos sofremos as conseqüências da colonização européia, questionar a realidade torna-se para nós o principal meio de encontrar o real sentido das práticas escolares, pensar no currículo como caminho, trajetória de constituição da nossa identidade de brasileiros e da identidade de outros partindo de sua realidade sócio-cultural. O currículo pode ser compreendido como um espaço de constituição de novas identidades, “produzindo sentidos como prática que envolve relações de poder”. Macedo (2006) em alguns pontos se distancia dos aspectos apontado por Silva e Moreira (1995) ressaltado um importante aspecto:

De forma diversa, defendo que a diferença cultural não representa apenas “a controvérsia entre os conteúdos oposicionais ou tradições antagônicas de valor cultural” (Bhabha, 1998, p. 228) e que, portanto, só pode ser captada em há confronto, mas em que é preciso criar

impossíveis formas de tradução. Por isso, meu objetivo neste texto é conceitualizar o currículo como espaço-tempo de fronteira no qual interagem diferentes tradições culturais e em que se pode viver de múltiplas formas.

A autora se apropria da definição de colonialismo de Bhabha (1998) que compreende por pós-colonialismo a “resistência a todas as formas de globalismo, estendendo os questionamentos para o eurocentrismo ampliado presente em diversas manifestações contemporâneas”, e dessa forma fundamenta sua visão de que o currículo é um espaço-fronteira no qual essas realidades estão fortemente presentes.

Nessa perspectiva pensar que somente a prática pedagógica e a incorporação de componentes curriculares são capazes de mudar a visão em torno daqueles que estão desfavorecidos nessa sociedade capitalista é ter uma visão idealista demais da escola. No contexto educacional, o reconhecimento da Língua de Sinais fomenta além da inclusão dessa língua como disciplina obrigatória, mais reestruturações diante dos novos desafios incorporados ao trabalho pedagógico pela presença de pessoas surdas e conseqüentemente das implicações do bilingüismo.

Entre essas reestruturações ocorre a convocação da presença do Intérprete de LIBRAS que entra nas instituições de ensino mediante a matrícula de alunos surdos. A formação desse profissional passará ser também contemplada na Educação Superior.

Vamos deixar claro que a questão não está em recusar, a priori, tentativas de inserção dos excluídos na escola, mas, ao nosso ver, é quase impossível, no momento, que uma escola, seja qual for, dê conta de todo e qualquer tipo de aluno, como é o caso do deficiente mental, do surdo, da criança de rua ou do trabalhador rural. Para atender com dignidade aos que nela já estão, novas iniciativas pedagógicas se fazem necessárias. Iniciativas que demandariam a construção de um novo entendimento político e ideológico do que seja escola, uma abordagem que pudesse enfrentar o fracasso de forma efetiva. (Souza e Góes, 199 p. 168 apud Quadros, 2004)

É o que vemos acontecer com propostas de educação inclusiva, fundamentadas nessa visão de diversidade cultural. Critica-se o modelo de educação especial atribuindo a este a responsabilidade pelo processo de exclusão de educandos com deficiência e da criação de um estereótipo negativo em torno do mesmo, porém anula-se as especificidades desse “todos” tão ferozmente defendidos nesse discurso.

## Principais resultados obtidos

Diante do estudo realizado podemos concluir que a inclusão da Língua Brasileira de Sinais como conteúdo curricular remete diretamente aos fatores sócio-históricos da comunidade que faz uso da língua. Refletindo a trajetória da comunidade surda e as reivindicações pela garantia de direitos, percebemos o reconhecimento de uma língua na modalidade visual-espacial correspondente ao bloqueio no canal oral-auditivo como produção cultural dessa comunidade.

Compreendendo o currículo como caminho, percurso, trajeto formador da identidade, visualizamos a necessidade de reconhecimento dos efeitos e conseqüências da modalidade visual-espacial ocasionando a reformulação do conceito de oralidade. Indaga-se à atuação de profissionais nesse contexto considerando a realidade bilíngüe da pessoa surda, bem como, os recursos humanos que precisam obter formação para corresponder a essa realidade.

Diante das exigências do Decreto 5.626 de dezembro de 2005, a formação do professor e do fonoaudiólogo precisa assumir a LIBRAS como direito da pessoa surda superando a concepção de normalização-reabilitação. De fato a inclusão da disciplina Língua Brasileira de Sinais em cursos de formação representa mudanças de concepção da surdez, são valores que devem nortear o currículo de formação desses profissionais.

Considera-se ainda nesse aspecto os apontamentos de Kickok, Bellugi (2004), Quadros, Karnopp (2004) e Brito (1997) que a partir de estudos lingüísticos revela que as línguas de sinais são línguas, pois primeiramente *“são naturais a quem possui um bloqueio no canal oral-auditivo, porque assim como as línguas orais surgiram espontaneamente da interação entre pessoas e porque devido à sua estrutura permitem a expressão de qualquer conceito e significado decorrente da necessidade comunicativa e expressiva do ser humano”*.

O reconhecimento da Língua de Sinais fomenta mais que a inclusão dessa língua como disciplina obrigatória, instiga reestruturações diante dos novos desafios incorporados ao trabalho pedagógico pela presença de pessoas surdas e conseqüentemente pelas implicações do bilingüismo. Entre essas reestruturações ocorre a convocação da presença do Intérprete de LIBRAS que entra nas instituições de ensino mediante a matrícula de alunos surdos.

A formação na área de Letras – Português-LIBRAS passará a ser também contemplada na Educação Superior devido a necessidade de formação de intérpretes, como também, de professores para o ensino da língua. Nesse sentido a Língua Brasileira de Sinais no currículo representa a conquista de espaço como conhecimento a ser transmitido às futuras gerações, considerando ainda que a oralidade na língua permearia todo o período em que o educando estivesse na educação básica.

A língua portuguesa que norteia todo o currículo das escolas e universidades é considerada a segunda língua do educando surdo, é um fator a ser considerado com relação a inclusão do aluno surdo. Existe uma rede conexas de situações interligadas aos aspectos da educação bilíngüe para surdos e do acesso e progresso nos níveis de ensino. Estamos a princípio tecendo possibilidades de compreensão desse espaço complexo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPLE, M. **Ideologia e Currículo**. Porto Alegre: ARTMED, 2006.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch, 1895-1975. **Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem**. 12ª Edição. São Paulo: Hucitec, 2006.

BRITO, Lucinda F. (Org.) **Língua Brasileira de Sinais**. Brasília: SEESP, 1997. Vol. III (Série Atualidades Pedagógicas, n. 4)

GOLDFELD, M. **A Criança Surda - Linguagem e Cognição numa perspectiva sócio-interacionista**. Plexus, 1997.

GOODSON, I. F. **Currículo: teoria e história**. 7ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.

KICKOK, Gregory; BELLUGI, Ursula; KLIMA, S. Edward. REVISTA SCIENTIFIC AMERICAN BRASIL. **A linguagem de sinais no cérebro**. Edições Especiais Sciam nº 4, 2004.

LOPES, A. C. e MACEDO, E. (Orgs). **Currículo: debates contemporâneos**. São Paulo:Cortez, 2002.

LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social Elementos para uma análise marxista** Editora Cortez 17ª edição, 2006.

MACEDO Elizabeth. **Currículo como espaço-tempo de fronteira cultural**. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro maio/ago. 2006

MCCLEARY, Leland Emerson. **Bilingüismo para surdos: brega ou chique?** Anais do V Congresso Internacional e XI Seminário Nacional. Surdez: família, linguagem, educação. Rio de Janeiro: INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos - Divisão de Estudos e Pesquisa, 2006. (no prelo).

NORONHA, Olinda Maria. **Políticas Neoliberais, conhecimento e educação.** Editora Aline: São Paulo, 2002.

QUADROS, Ronice Muller . **Políticas lingüísticas e educação de surdos em Santa Catarina: espaço de negociações.** Caderno CEDES. Vol. 1 n. 1 São Paulo: Cortez; Campinas: Caderno Cedes, maio/ago. 2006, vol.26, no.69, p.141-161.

\_\_\_\_\_. In MENDES, Enicéia Gonçalves. ALMEIDA, Maria Amélia. WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. **Educação de Surdos: efeitos da modalidade e práticas pedagógicas. Temas em Educação Especial avanços recentes.** Org. São Carlos: EdUFSCar, 2004 p. 55-61. (a)

\_\_\_\_\_. KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de Sinais Brasileira: Estudos Lingüísticos.** Porto Alegre: Artmed, 2004. (b)

SILVA, T. T. da. **Teorias do Currículo – Uma introdução crítica.** Porto Editora, 2000.

SILVA, T. T. da. e MOREIRA, A.F. (Orgs.) **Territórios Contestados – O currículo e os novos mapas políticos e culturais.** 6ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.

SKLIAR, Carlos; QUADROS, Ronice Muller de. **Invertendo epistemologicamente o problema da inclusão: os ouvintes no mundo dos surdos.** Revista Educação Especial. Santa Maria: 2000. Disponível em: <http://www.ufsm.br/ce/revista/index.htm> Acesso em: 10 de outubro de 2006.